



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

Parecer nº 022/2024

Referência: Processo nº 130/2024

Assunto: Projeto de Lei nº 003, de 17 de janeiro de 2024

Autor (a): Poder Executivo Municipal

Assinado por: Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 003, de 17 de janeiro de 2024, que “Dispõe sobre autorização para efetuar a transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, na forma prevista no Inciso VI, do Art. 167, da Constituição Federal, e na Lei Municipal nº 3.254, de 21 de dezembro de 2023-LDO, e dá outras providências.”

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR:

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de autoria do Poder Executivo Municipal, representado pela Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, que “Dispõe sobre autorização para efetuar a transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, na forma prevista no Inciso VI, do Art. 167, da Constituição Federal, e na Lei Municipal nº 3.254, de 21 de dezembro de 2023-LDO, e dá outras providências.”

Na Exposição de Motivos foi dito que:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

“(…) Mensagem relativa ao Projeto de Lei n.º 003, de 17 de janeiro de 2024
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cáceres, Mato
Grosso:

Senhores Vereadores:

É nosso dever encaminhar aos ilustres membros do Poder Legislativo
Cacerense, o incluso Projeto de Lei n.º 003, de 17 de janeiro de 2024, que
“Dispõe sobre autorização para efetuar a transposição, o remanejamento e a
transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de
um órgão para outro, na forma prevista no inciso VI, do art. 167, da
Constituição Federal, e na Lei Municipal nº 3.254, de 21 de dezembro de
2023-LDO.

O Projeto de Lei (PL) 003/2024 tem como objetivo autorizar o Poder
Executivo, em havendo a necessidade de repriorização de suas ações, vez
que o planejamento requer habilidades contínuas visando sempre ao
aperfeiçoamento das ações governamentais.

Neste viés, o gestor público precisa de utilizar-se das modalidades das
alterações orçamentárias para a consecução dos objetivos em prol a
sociedade. Todavia, a autorização em apreço está limitada a 15% (quinze
por cento) do total das despesas fixadas pela Lei nº 3.255, de 21 de
dezembro de 2023, Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de
2024, bem como aprovado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias nº
3.254/2023, em seu Artigo 22.

Frise-se que o mencionado Projeto de Lei alcança o Poder Legislativo e
todos os órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, e está
em conformidade com o inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal,
motivo pelo qual se entende pela constitucionalidade das realocações
orçamentárias.

Ante ao exposto, solicitamos o apoio dos membros do Legislativo cacerense
para aprovar o Projeto de Lei n.º 003/2024, nos termos do Regimento
Interno dessa Casa, em caráter de urgência urgentíssima. Ao ensejo,
externamos os votos de elevada estima e distinta consideração.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS Prefeita de Cáceres (...)"

O projeto de lei em análise prevê o seguinte:

"PROJETO DE LEI Nº 003, DE 17 DE JANEIRO DE 2024

"Dispõe sobre autorização para efetuar a transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, na forma prevista no Inciso VI, do Art. 167, da Constituição Federal, e na Lei Municipal nº 3.254, de 21 de dezembro de 2023-LDO, e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo inciso IV do art. 74, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT aprovará e eu sancionarei a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, em havendo a necessidade de repriorização de suas ações, autorizado a efetuar a transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, no orçamento aprovado pela **Lei nº 3.121, de 21 de dezembro de 2022 - LOA, para o exercício financeiro de 2022**, nos termos do Inciso VI, do Art. 167, da Constituição Federal e no Art. 22 da Lei Municipal nº 3.254, de 21 de dezembro de 2023-LDO.

Parágrafo único. A autorização definida no caput aplica-se ao Poder Legislativo e a todos os órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, e está limitada a 15% (quinze por cento), do total do orçamento aprovado para o exercício financeiro de 2024, conforme art. 2º da Lei Municipal nº 3.255, de 21 de dezembro de 2023 - LOA.

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se como:

- I - Transposição: são realocações de dotações orçamentárias no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo órgão;
- II - Remanejamento: são realocações de dotações orçamentárias destinação de recursos de um órgão para outro;



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

III - Transferência: são as realocações de dotações orçamentárias entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Cáceres/MT, em 17 de janeiro de 2024.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS Prefeita Municipal de Cáceres

A LEI Nº 3.254, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023, que “Estabelece diretrizes, metas e as prioridades da Administração Pública Municipal, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual 2024 e dá outras providências.”, autorização para os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a proceder alteração na programação orçamentária, até o limite de 15% (quinze por cento), da despesa fixada, utilizando-se das técnicas de planejamento da transposição, remanejamento, e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, para fins de atendimento ao que dispõe o inciso VI do Art. 167 da Constituição Federal/1988, senão vejamos:

“**Art. 22.** Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a proceder alteração na programação orçamentária, até o limite de 15% (quinze por cento), da despesa fixada, utilizando-se das técnicas de planejamento da transposição, remanejamento, e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, para fins de atendimento ao que dispõe o inciso VI do Art. 167 da Constituição Federal/1988.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, entende-se como:

I - Transposição: são realocações de dotações orçamentárias no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo órgão;

II - Remanejamento: são realocações de dotações orçamentárias destinação de recursos de um órgão para outro;

III - Transferência: são as realocações de dotações orçamentárias entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.”



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Portanto, a LDO de 2024 já dispõe que os Poderes Executivo e Legislativo estão autorizados a proceder alteração na programação orçamentária, até o limite de 15% (quinze por cento), da despesa fixada, utilizando-se das técnicas de planejamento da transposição, remanejamento, e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, para fins de atendimento ao que dispõe o inciso VI do Art. 167 da Constituição Federal/1988.

A Súmula nº 20, do TCE/MT prevê que: É vedada a autorização para remanejamento, transposição ou transferência de recursos entre dotações orçamentárias na Lei Orçamentária Anual (LOA), por ferir o princípio constitucional da exclusividade, configurando dispositivo estranho à previsão da receita e fixação da despesa no Orçamento (art. 165, § 8º, CF/1988). Publicação: DOC 16/08/2018.

Portanto, o TCE/MT prevê por meio de súmula que É vedada a autorização para remanejamento, transposição ou transferência de recursos entre dotações orçamentárias na Lei Orçamentária Anual (LOA), por ferir o princípio constitucional da exclusividade, configurando dispositivo estranho à previsão da receita e fixação da despesa no Orçamento (art. 165, § 8º, CF/1988). Publicação: DOC 16/08/2018.

Por sua vez, entendemos que 15% não é razoável, sendo que, no ano de 2023, o percentual foi de 9%:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo, em havendo a necessidade de repriorização de suas ações, autorizado a efetuar a transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, no orçamento aprovado pela Lei nº 3.121, de 21 de dezembro de 2022 - LOA, para o exercício financeiro de 2023, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal e Lei Municipal nº 3.120, de 21 de dezembro de 2022-LDO.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Parágrafo único. A autorização definida no *caput* aplica-se ao Poder Legislativo e a todos os órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, e está limitada a 9% (nove por cento), do total do orçamento aprovado para o exercício financeiro de 2023, previsto no art. 2º da Lei Municipal nº 3.121, de 21 de dezembro de 2022 - LOA.”

Assim, este Relator entende que o percentual deve ser de 7% (sete por cento).

DA EMENDA:

Considerando o exposto, este Relator entende que o percentual deve ser de 5%, corrigindo-se também o texto do *caput*, que prevê Lei Orçamentária de 2022, o que não está correto.

Assim, este Relator oferece a seguinte emenda:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo, em havendo a necessidade de repriorização de suas ações, autorizado a efetuar a transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, no orçamento aprovado pela Lei nº 3.255, de 21 de dezembro de 2023-LOA, para o exercício financeiro de 2024, nos termos do Inciso VI, do Art. 167, da Constituição Federal e no Art. 22 da Lei Municipal nº 3.254, de 21 de dezembro de 2023-LDO.

Parágrafo único. A autorização definida no *caput* aplica-se ao Poder Legislativo e a todos os órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, e está limitada a 7% (sete por cento), do total do orçamento aprovado para o exercício financeiro de 2024, conforme art. 2º da Lei Municipal nº 3.255, de 21 de dezembro de 2023 - LOA.”



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Cumprido os requisitos legais, e, baseando nos fundamentos acima citados, voto pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei nº 003, de 17 de janeiro de 2024, com as emendas acima sugeridas.

III – DA DECISÃO DA COMISSÃO:

A Comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei nº 003, de 17 de janeiro de 2024, com as emendas sugeridas pelo Relator.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 06 de março de 2024.

Manga Rosa
PRESIDENTE

Leandro dos Santos
MEMBRO

Pastor Júnior
RELATOR